

60 anos do golpe de 1964 | Entrevista com Anderson da Silva Almeida

60 years since the 1964 coup in Brazil | Interview with Anderson da Silva Almeida

Anderson da Silva Almeida*

Universidade Federal de Alagoas
Tabuleiro do Martins, Alagoas, Brasil

Entrevista realizada por e-mail, entre outubro e novembro de 2024, pela Equipe Editorial.

- * Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; graduado em História pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: anderson.almeida@ichca.ufal.br
-  <https://orcid.org/0000-0002-8532-8851>  <http://lattes.cnpq.br/2303097060072830>

Anderson da Silva Almeida é Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas. Desenvolve pesquisas com foco no período da ditadura civil-militar (1964-1985), com uma abordagem voltada para a História Política e a História do Tempo Presente, como também para as relações entre Memória e História Oral.

É autor de *Todo o leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil – da Rebelião de 1964 à Anistia* (2012) e co-organizador dos volumes *Memórias da tormenta: história oral de marinheiros e fuzileiros navais que disseram não ao Golpe de 1964* (2024), com Robert Wagner Porto da Silva Castro, e *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas* (volume 2, 2024), com Marcelo Góes Tavares.

* * *

A seu ver, que elementos históricos e historiográficos devem ser destacados neste aniversário do golpe de 1964 e do período ditatorial que se seguiu?

Do ponto de vista histórico, é importante destacarmos a fala do presidente Lula em entrevista ao jornalista Kennedy Alencar, em fevereiro de 2024, quando mencionou que o golpe de 1964 e a ditadura faziam parte da história [relacionando a disciplina como “passado”] e que, segundo ele, “já causou o sofrimento que causou. O povo já conquistou o direito de democratizar esse país. Os generais que estão hoje no poder eram crianças naquele tempo. Alguns, acho que não tinham nem nascido ainda naquele tempo”. Ou seja, é uma fala de um presidente que buscava reconstruir pontes com as Forças Armadas e acenava para o não enfrentamento de temas sensíveis, tais como a punição de torturadores e da apuração de sequestros cometidos por agentes do Estado, a partir da tese jurídica de “crime contínuo” que não seria alcançado pela prescrição, nem pela Lei da Anistia de 1979. Em um contexto marcado pela difícil eleição de 2022 quando a maioria da população que foi às urnas elegeu um Congresso de maioria conservadora e reacionária, Lula tentava, mais uma vez, pôr em prática a estratégia da conciliação que tem marcado sua plataforma política desde a eleição de 2002 que o consagrou como um importante líder político de massas.

Por outro lado, ressalta-se que foram suspensas as comemorações nos quartéis que ocorreram durante os quatro anos de Jair Bolsonaro (2019-2022). Nunca é demais lembrarmos que já nos seus primeiros meses como presidente da República, Bolsonaro determinara a comemoração – no sentido de celebração – do 31 de março de 1964. Em 2019, nos 55 anos do golpe, a extrema direita governava o País e passou a desmontar todas as iniciativas e ações que visavam às apurações dos crimes perpetrados por agentes do Estado

durante os 21 anos de ditadura (1964-1985). E, mais do que isso, por iniciativa de veículos de imprensa, mídias digitais e até de produtoras profissionais patrocinadas pela extrema-direita, constata-se o avanço de teorias negacionistas que buscam confundir as atuais gerações – principalmente no campo das memórias em disputa – no que diz respeito a negar a existência de uma ditadura no Brasil que perseguiu, torturou e matou seus oponentes sob a alegação da existência de uma “guerra revolucionária” e que, segundo essa “boa memória”, foi vitoriosa ao “extirpar” o fantasma do comunismo no Brasil dos anos 1960-1970.

Já do ponto de vista historiográfico, não se repetiu, até o momento, o boom editorial que ocorrera 10 anos antes, em 2014, no cinquentenário do golpe. Alguns aspectos podem ser apontados como causas desse “aparente” refluxo. Entre eles, os quatro anos já mencionados da extrema direita no poder; o tempo de maturação que caracteriza a própria pesquisa histórica que desacelera até que novos conceitos sejam testados e novas fontes sejam desveladas e passem pelo crivo crítico de historiadores/as profissionais; e, ainda, a tendência que marca a historiografia profissional no Brasil de passar a publicar as novas pesquisas em artigos acadêmicos nas revistas e dossiês que foram organizados nesses 60 anos do golpe. Cito como exemplo, a *Revista Brasileira de História* (Anpuh); *Revista História Oral* (ABHO); *Revista Acervo* (Arquivo Nacional); *Crítica Histórica* (Universidade Federal de Alagoas); *Revista do IHGSE* (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe); a *Tempo e Argumento* (Universidade do Estado de Santa Catarina); e a *Revista Estudos Históricos* (Fundação Getúlio Vargas), só para indicarmos uma pequena amostragem de periódicos que de forma direta ou tangencial – abordando temas como “transições ou democracia” – abriram espaço para o debate historiográfico sobre os 60 anos do golpe. Ao visitarmos e nos debruçarmos sobre os textos já publicados, percebe-se, significativamente, a ampliação temática dos estudos sobre o período, como também uma maior abrangência espacial das pesquisas, antes muito restritas ao eixo Sul-Sudeste.

Registro, também, que mesmo sem terem o destaque das grandes editoras comerciais do País, é possível mapearmos trabalhos que foram lançados em 2024, de Norte a Sul, questionando a ideia de uma história local da ditadura e reivindicando o direito de também ser nacional, a exemplo da coletânea que organizei com o professor Marcelo Góes Tavares da Universidade Estadual de Alagoas (em dois volumes), contando com 26 capítulos especificamente sobre o estado de Alagoas. Sublinho, ainda, o grande projeto intitulado “A ditadura fora do eixo”, cuja ideia original partiu do professor Pedro Ernesto Fagundes, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e que conta com mais quatro organizadores/as: Ana Rita Fonteles (Universidade Federal do Ceará); Mariana Joffily (Universidade do Estado de Santa Catarina); Paulo César Gomes (História da Ditadura/Universidade Estadual do Paraná) e Anderson da Silva Almeida (Universidade Federal de Alagoas). Essa coletânea (no prelo) conta com textos escritos por pesquisadoras/es de todos os estados brasileiros que elaboraram seus capítulos a partir de pesquisas já desenvolvidas sobre cada unidade de federação. Sem dúvida, um projeto ousado, desafiador e muito original.

No que diz respeito aos aspectos conceituais e temáticos, percebe-se com certa

facilidade o aumento do número de artigos, teses e dissertações que passaram a se dedicar aos estudos sobre empresas/empresários, camponeses, religiosos, militares perseguidos, povos indígenas, pessoas e movimentos LGBTQIAPN+, movimento negro, literatura, feminismo, instituições e grupo sociais (universidades, judiciário, academias de letras, escolas de samba, clubes e torcidas de futebol, movimentos *punk*, *black music* e até a censura moral ao forró, dentre outros) indicando, pelo menos até 1978, a existência de um regime com tentação totalitária, mesmo dando sinais de enfraquecimento a partir de 1979, quando se inicia a transição autoritária e conciliadora até 1988, permeada de metamorfoses tatuadas nas biografias de pessoas e instituições que apoiaram o golpe e a ditadura civil-militar. Por fim, nunca é demais lembrarmos a existência de “zonas cinzentas” indicadas por Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, como também os “jogos de acomodação”, para os quais nos chamou a atenção Rodrigo Patto Sá Motta, em diálogo com historiografias transnacionais. Acredito que estejam nessas duas propostas - que, a meu ver, convergem em muitos aspectos -, as possibilidades de avanços historiográficos nessa próxima década de estudos sobre a ditadura após um certo recuo midiático na década 2014-2024, principalmente por questões de natureza política e ideológica, ocorrido a partir do golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff, em 2016, que desaguou em mais uma tentativa de golpe da direita, em 8 de janeiro de 2023, também de natureza civil-militar, embora o Exército Brasileiro tenha ficado em modo de espera, com armas alimentadas e torcendo para dar certo. Sem contar, ainda, uma pandemia no meio do caminho que impactou consideravelmente as pesquisas em todos os campos, principalmente na área de Humanas. Eu diria que foi um “aniversário” atípico. Sem a euforia que marcou alguns momentos dos governos Lula e Dilma, com as caravanas da Anistia, traslado dos restos mortais de Jango, grande cobertura midiática e produções historiográficas, literárias e audiovisual, mas, também, sem as “grandes comemorações” organizadas pela ultradireita, quer seja nos quartéis, nas redes sociais, ou nas famigeradas motocicletas lideradas pelo defensor da tortura que em várias entrevistas durante o seu mandato fez menção de forma indireta a centros de tortura e morte, tais como a “ponta da areia” (Ilha da Marambaia, no RJ), onde corpos de pessoas torturadas e assassinadas pela ditadura eram jogadas ao mar. Foram, no mínimo, sete anos tensos, cinzentos e turvos, como se navegássemos sem instrumentos, sem faróis e sem ventos.

Qual a sua avaliação sobre a situação dos arquivos e acervos relativos à ditadura no país?

A resposta a essa questão tem relação direta com a anterior, na qual mencionei os governos Temer e Bolsonaro. Houve um arquitetado e planejado desmonte dos órgãos e comissões que tinham relação direta com a apuração e a divulgação dos crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a ditadura, como também a não continuação das reparações aos familiares e sobreviventes que vinham, paulatinamente, a ser promovidas por alguns

ministérios, a exemplo do Ministério da Justiça e o Ministério dos Direitos Humanos. Afetadas essas iniciativas, por consequência “natural”, as instituições de salvaguardas dos acervos da ditadura e algumas congêneres – a exemplo da Cinemateca Nacional –, foram duramente atingidas. O caso mais conhecido foi o da interrupção do projeto Memórias Reveladas, cuja iniciativa vinha, desde 2009, incentivando o envio de cópias dos documentos sobre a ditadura que estavam sob salvaguarda de diversas entidades espalhadas pelo País, mesmo as Forças Armadas a negar, inúmeras vezes, a existência desses documentos oficiais. Graças à digitalização do acervo e a disponibilização de grande parte para a consulta virtual no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), outras regiões do Brasil tiveram o acesso facilitado e certamente contribuiu para o aumento do número de monografias, dissertações e teses desenvolvidas fora do eixo Sudeste/Sul. No que diz respeito aos estados no quais transito e trabalho com mais frequência (Alagoas e Sergipe), a interrupção do Memórias Reveladas afetou diretamente as pesquisas, visto que detentores de acervos particulares, como também órgãos estatais ainda dificultam o acesso, e, por interesses nem sempre expostos, fazem dos documentos o que bem querem, confundindo o público com o privado, mesmo com a Lei de Acesso à Informação em plena vigência.

A partir de 2016, mas sobretudo durante o governo Bolsonaro, houve a desmobilização e mesmo o desmonte das iniciativas governamentais e institucionais referentes à “Justiça de Transição” – p.ex., Comissão da Anistia, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, Mecanismo Nacional contra a Tortura, ações de reparação material ou simbólica, etc. Qual sua opinião a respeito e quais as perspectivas de uma “Justiça de Transição” no Brasil?

Especificamente sobre a “Justiça de Transição”, infelizmente, e muito infelizmente mesmo, não vislumbro nenhum avanço na próxima década e, mais ainda, considero que a fase mais acentuada e de oportunidades perdidas ou sabotadas já passou e foi justamente no governo Dilma Rousseff com a criação da Comissão Nacional da Verdade. Percebia-se claramente certa euforia na grande imprensa, nas universidades, nas instituições vinculadas aos Direitos Humanos – a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e grupo Tortura Nunca Mais (TNM) – como também incentivou inúmeras produções audiovisuais e projetos editoriais de grande impacto. O sintoma mais forte daquele momento foi a esperança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) revisse a interpretação da Lei 6.683 de 1979 (Lei da Anistia) que, grosso modo, “perdoou” os torturadores e criminosos a serviço do Estado. A interpretação conservadora que prevaleceu na decisão final da Corte foi um balde de água gelada em quem ainda sonhava com a punição dos perpetradores de torturas, mortes e outras violências no período da ditadura. Em outro aspecto que diz respeito a uma ideia mais alargada de “Justiça de Transição” para além da legislação, também não temos, de forma geral, políticas

de memória que considerem realizar um trabalho de forma contínua e sistemática do mapeamento e identificação dos “lugares de memória e de consciência” ou “lugares de pedagogia” da ditadura no Brasil. O que temos são iniciativas isoladas de alguns núcleos universitários, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos no sentido de identificar centros de torturas em cidades e em estados que ainda silenciam sobre esse passado-presente. Em estados distantes dos grandes centros e nas cidades interioranas, prevalece certo “pacto” de silêncio que não conseguiu ser rompido pelas iniciativas que surgiram pós-ditadura no que diz respeito à “Justiça de Transição” no Brasil, evocada sob a tríade “Memória, Verdade e Justiça”, pelo “Nunca Mais”!

Como lhe parecem as iniciativas de Ensino de História da ditadura no Brasil?

De certa forma, tem a ver com a pergunta anterior. A ausência de uma sistemática e contínua “Justiça de Transição” com foco no que chamamos, de forma genérica, de Direitos Humanos, faz com que o Ensino de História da ditadura também não atenda de forma satisfatória as demandas que partem dos/das sobreviventes, das universidades e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Geralmente restrita a apenas um módulo do 9º ano (Ensino Fundamental) e uma revisão apressada no 2º ou 3º ano do Ensino Médio – a depender se na rede privada ou pública – a ditadura civil-militar no Brasil ainda não é um tema que empolgue tanto os/as estudantes que, geralmente, estão preocupados/as com as aprovações em disciplinas consideradas, infelizmente, de maior importância para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Seria um autoengano de nossa parte acreditarmos que os/as discentes são apaixonados/as por História e dão a devida importância à nossa disciplina. Ressalve-se, obviamente, as honrosas exceções. Aos poucos discentes que se interessam por História, em geral, e pelo período da ditadura de forma mais específica, percebe-se que há uma disputa de memórias que foi catapultada a partir da massificação das chamadas “redes sociais” com inequívoca vantagem para as versões propagadas pela extrema-direita que soube e sabe utilizar com mais “eficiência” essas plataformas que não podem ser ignoradas no campo do Ensino. É comum ouvir-se em sala de aula que “meu avô ou minha avó não tem uma memória ruim da época dos militares no poder e inclusive não se refere aos generais como ditadores, e sim como presidentes (presidente Castelo Branco e presidente Médici, por exemplo)”. Ou que “eles não sabiam que era uma ditadura”. Esses exemplos que tivemos como experiência em sala de aula ou que nos são relatados cotidianamente por docentes da Educação Básica indicam o tamanho do desafio que ainda temos que enfrentar, principalmente após a ascensão da extrema-direita na eleição presidencial de 2018. Para dizer que não falei das flores, ressalto a importância da mudança que ocorreu agora em 2024 com a retomada do Prêmio Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, cujo edital abriu espaço para premiações a projetos pedagógicos e material de comunicação, embora, pelo que foi

divulgado, foram 49 trabalhos inscritos na categoria “Artigo Acadêmico”; 29 concorrentes a “Material de Comunicação”; e apenas 7 inscritos em “Projetos Pedagógicos”. Isso demonstra o quanto que ainda temos que avançar nesse aspecto do Ensino da Ditadura no Brasil.

No que tange ao crescente processo de militarização vivenciado pela sociedade e a política brasileira, como podem ser observadas as relações entre o passado ditatorial e o presente?

A recente eleição de Jair Bolsonaro e presença massiva de militares nos ministérios e nos demais órgãos e empresas estatais no período 2019-2022 comprovaram que mais do que passado, o tema da Ditadura é algo muito presente ou, na conhecida expressão de Reinhart Koselleck, um passado-presente. Alguns levantamentos apontam a presença de aproximadamente 6 mil militares, da ativa e da reserva remunerada, exercendo funções não típicas da carreira durante o governo Bolsonaro. Ou seja, eram funções de natureza civil. Para além desse número, registre-se o projeto de multiplicação nas chamadas “Escolas cívico-militares” que foi a principal bandeira do Ministério da Educação. Alguns projetos dessa natureza ainda permanecem em estados governados por políticos bolsonaristas. Essa iniciativa não é algo que encontrou uma rejeição barulhenta da sociedade civil, mas sim de setores progressistas vinculados à educação e atentos aos debates sobre currículos e programas educacionais. Era e é, sem dúvida, um projeto mais amplo de militarização da sociedade que se baseia no princípio castrense da “hierarquia e disciplina” dos corpos e das mentes, numa espécie de sociedade de controle e coerção, bem apontada por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*. Somam-se a isso as palavras de ordem de caráter nitidamente fascista, a exemplo do “bandido bom é bandido morto”, que o governo tentou institucionalizar a partir de uma iniciativa do então ministro da justiça, Sérgio Moro, sob o eufemismo “auto de resistência”, o que, na prática, era uma verdadeira autorização para matar. Vivemos, sem dúvida, um período de muita semelhança, em diversos aspectos, com o que ocorreu na ditadura e que é muito presente no cotidiano das periferias das pequenas e grandes cidades, cuja população alvo é formada por jovens, negros e negras, mulheres, indígenas, pobres e fora do padrão cisheteronormativo. Nesse aspecto interseccional de classe, raça, gênero e etnias, essas relações entre passado ditatorial e presente democrático estão mais que evidenciadas e a impressão é que restará sempre muito o que fazer.

Outros comentários ou questões a acrescentar?

Quero agradecer pelo convite e parabenizar a todos/as/es que fazem a *Revista Maracanan* pela iniciativa imprescindível e mais que pertinente. Pelo “Nunca Mais”. Sem Anistia!

Referências

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo o leme a bombordo: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil – da Rebelião de 1964 à Anistia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ALMEIDA, Anderson da Silva; CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva (Orgs.). *Memórias da tormenta: história oral de marinheiros e fuzileiros navais que disseram não ao Golpe de 1964*. Curitiba: CRV, 2024.

ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (Orgs.). *Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas*. Vol. 2 – “Cultura, narrativas e trajetórias”. Maceió: Edufal, 2024.